

FRONTEIRAS DE VIOLÊNCIAS NOS CORPOS DAS MULHERES NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

BORDERS OF VIOLENCE IN THE BODIES OF WOMEN IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO

Bas'llele MALOMALO*

Resumo: Esse trabalho situa-se no campo dos estudos que se preocupam em investigar as violências que acontecem nos períodos de guerra ou de pós-guerra nos territórios nacionais e fronteiriços. Pautando-se nas fontes documentais e com foco nas teorias de ciências sociais africanas, tem por objetivos analisar as violências cometidas contra as mulheres congolezas nos territórios do leste que foram atingidos pela guerra que tinha iniciado em 1996; atualizar as informações sobre os números das vítimas; e compreender a particularidade que os conflitos sexuais assumem nessa guerra e conflitos.

Palavra-chaves: Fronteiras. Guerra. Violências. Mulheres. RDC.

Abstract: This work is in the field of studies that are concerned with investigating the violence that occurs in war or postwar periods in national territories and borders. Drawing on documentary sources and focusing on theories of African social sciences, it aims to analyze the violence committed against Congolese women in the eastern territories that were affected by the war that began in 1996; update information on victim numbers; and understand the particularity that sexual conflicts assume in this war and conflicts.

Keywords: Borders. War. Violences. Women. DRC.

Submetido em 28/06/2019.

Aceito em 02/11/2019.

* Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita/UNESP, é docente de graduação nos cursos das Relações Internacionais, Ciências sociais e Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH) do Instituto de Humanidades e Letras (IHL) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), coordenador do Grupo de Pesquisa África-Brasil: Produção de conhecimentos, sociedade civil, desenvolvimento e cidadania global, pesquisador associado do Centro dos Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra (CLADIN-UNESP); da Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e expert da plataforma Harmony with Nature/ONU. UNILAB – Campus dos Malês, Av. Juvenal Eugênio Queiroz, s/n – Baixa Fria, CEP: 43900-000, São Francisco do Conde, Bahia. E-mail: <basilele@unilab.edu.br>.

Introdução

No dia 10 de dezembro de 2018, em Oslo, o doutor Denis Mukwenge (2018) pronunciava o seu discurso de Laureado do Prêmio Nobel. Parto desse discurso para elaborar minhas reflexões sobre o que chamo de “Fronteiras de violências nos corpos das mulheres na República Democrática do Congo (RDC)”. Esse discurso é interessante por muitos motivos e entre os mais importantes destacaria o fato de marcar uma linha divisória entre vinte e um anos de um grupo ligado à família política de Kabila (o pai, Laurent Désiré Kabila e o filho Joseph Kabila) que pretendia estabelecer a democracia no país, mas, apesar de alguns acertos no campo da política e da economia, não conseguiu trazer a paz desde que derrubou o regime ditatorial de Mobutu em 1997. O discurso foi pronunciado nas vésperas das eleições presidencial e legislativa que trouxeram um novo presidente da república, apesar de J. Kabila continuar a concentrar todo poder nas instituições do Estado. O segundo motivo é que o discurso é uma memória história. Contém elementos que interpelam para reflexões históricas e sociológicas sobre a violência feita contra mulheres durante 21 anos, considerando o período de 1997 até 2018.

Esse trabalho tem por objetivos analisar as violências cometidas contra as mulheres congolezas nos territórios que foram atingidos pela guerra que tinha iniciado em 1996; atualizar as informações sobre os números das vítimas; as formas multidimensionais dessa violência; e compreender a particularidade que as violências sexuais assumem nessas guerras e conflitos pós-guerra.

A abordagem adotada é interdisciplinar, com foco na história e ciências sociais. As fontes à minha disposição são documentais e bibliográficas. As primeiras são compostas de matérias jornalísticas e relatórios sobre as guerras e conflito dos Grandes Lagos e, especialmente da RDC, produzidos pelas imprensas e institutos de pesquisa, organizações da sociedade civil internacionais e/ou congolezas e pelas agências das Nações Unidas.

As fontes bibliográficas, que uso, tratam de temas de território, fronteiras e migrações na sua relação com a questão violências e de gênero no mundo, na África, na região de Grandes Lagos e na RDC. Como esse artigo não objetiva realizar uma discussão teórico, a bibliografia escolhida tem por finalidade subsidiar na análise e interpretação das fontes.

Para analisar e interpretar o material documental à luz das fontes teóricas, recorro ao que Romeu Gomes (2012) chama de método interpretativo de sentido, pautando-me na análise de conteúdo temático. Isso significa que o meu trabalho intelectual é de elaborar uma reflexão sistemática sobre o material coletado; e, como já foi sinalizado, o discurso do doutor Mukwenge (2018) inspira a estrutura desse texto.

Dessa forma, a primeira seção faz uma discussão teórica sobre a questão de gênero em África, partindo da teoria do matriarcado de Amadiume, para compreender o peso do patriarcado e masculinidade negativa africanos na vida das mulheres. A segunda seção é composta de quatro análises que buscam dar conta do que nomeio de “fronteiras de violências nos corpos das mulheres na RDC”. A primeira subseção

é uma contextualização sobre a memória de guerras que ocorreram na região de Grandes Lagos, parte leste da RDC e territórios fronteiriços de Uganda e Ruanda desde o período de 1994. A segunda aborda os efeitos das guerras e violências sobre as mulheres congoleesas e logo se percebe que se trata de multiplicidade de violências que além de atingir as mulheres, alcançam igualmente crianças, meninas, meninos e homens adultos. Dessa forma é que a terceira e quarta subseções destacam a questão de crianças-soldados e refugiados/as.

1. Matriarcado e justiça teórica

Entre as teorias de gênero produzidas no continente africano, identifique-me com a de Ifi Amadiume pela forma como lida com a história africana, na sua dimensão pré-colonial e colonial para interpretar a sua realidade pós-colonial. Além disso, pela forma como faz uso da categoria gênero, fundamentando-se no matriarcado para compreender as dinâmicas próprias das sociedades africanas.

O paradigma do matriarcado, para Amadiume (2001), destaca o protagonismo das mulheres ao longo da história africana e como ideologia pode servir, no contexto contemporâneo de negação de direitos de mulheres, para a elaboração de política de igualdade de gênero genuinamente africana e isso sem necessidade de importar soluções das lutas feministas branco-euro-ocidentais.

Tudo isso por que as lógicas euro-ocidentais e africanas que informam os gêneros são opostas. Para Amadiume (2001, p. 114), o pensamento que concebe o ser da mulher a partir da lógica da maternidade é ofensivo para muitas feministas ocidentais. É fácil, argumenta ela, compreender isso do ponto de vista do sistema europeu, onde ser esposa e a maternidade significam escravidão das mulheres. No sistema africano do matriarcado, finaliza ela, tudo isso significa o emponderamento das mulheres. Nesse sentido, compreende-se porque para essa autora o matriarcado como ideologia é um sistema de valores que teve implicações na formação das culturas pré-coloniais africanas e continua a guiar não somente as organizações das mulheres africanas, mas igualmente a vida de muitas outras instituições africanas.

Do ponto de vista dos estudos pan-africanistas, a proposta de Amadiume aponta a necessidade de se pensar as categorias científicas sempre como produções socioculturais e históricas. Crítica as teorias ocidentais que reduzem a análise de gênero na distinção biológica de sexo masculino e feminino, pois para ela, nem em todas as culturas que a classificação social do sexo biológico corresponde à ideologia de gênero. Isso significa, ao depender de sistemas de gênero como aqueles que ela estuda, mulheres podem desempenhar papéis usualmente reservados aos homens, ou pode ser classificadas como ‘homens’ em termos de exercício do poder ou autoridade (AMADIUME, 2001, p. 112; 1998, p. 185). Gênero visto como ideologia pode ser manipulado positivamente ou negativamente por homens e mulheres. Manipular significa usar o gênero como política imperialista, portanto com fins de exercer a violência; ou como política emancipatório que visa a libertação de mulheres “e” homens.

Em busca de teorização sobre o gênero, na perspectiva do matriarcado, Amadiume encontrou nos sistemas africanos de gênero a flexibilidade que permite a construção de um gênero-neutro para além do masculino e feminino que permitem que esses últimos trocam seus papéis. “In the indigenous society, the dual-sex principal behind social organization was imediated by the flexible gender system of the tradicional culture and language” (AMADIUME, 1998, p. 185).

Portanto, além das categorias de ‘homens’ e ‘mulheres’ que definem as identidades sociais entre os Nnobi da Nigéria, Amadiume encontrou as de ‘filhas masculinas’ e ‘maridos femininos’. Essas últimas são mulheres que, na sociedade tradicional matrifocada examinada, gozavam de autonomia religiosa, política e econômica. O fenômeno da cultura do matriarcado existente em muitas sociedades africanas é atestado por muitos estudos. Além disso, tem influenciado, ao longo da história colonial e pós-colonial, as organizações de mulheres africanas (AMADIUME, 1998, p. 186; OYEWUMI, 2018, p. 179).

Em busca de superar os desafios para conceitualizações na epistemologia africana, Oyewumi traz essa reflexão que esclarece a sua crítica contra a proposta teórica do feminismo euro-americano e dos estudos africanos de gênero.

A dificuldade em aplicar os conceitos feministas para expressar e analisar as realidades africanas é o desafio central dos estudos africanos de gênero. O fato das categorias de gênero ocidentais serem apresentadas como inerentes à natureza dos corpos e operam de maneira dicotômica – binariamente opostas masculino/feminino, homem/mulher -, em que o masculino é considerado superior em relação ao feminino e, conseqüentemente, a categoria definidora, é particularmente exógeno a muitas culturas africanas. Quando as realidades africanas são interpretadas com base em demandas ocidentais, o que consideramos são distorções, disfarces na linguagem e, muitas vezes, uma total falta de compreensão devido à incomensurabilidade das categorias sociais e institucionais. (OYEWUMI, 2018, p. 179).

Esse repensar os estudos de gênero do paradigma do feminismo euro-ocidental leva Oyewumi e Amadiume, no contexto de pesquisas construídas por mulheres negras, africanas e afrodiáspóricas, a sugerir a consideração de outras variáveis, como classe, raça, etnia e idade, na investigação. Há outras categorias como migração e meio ambiente que aparecem nos estudos africanos de gênero (MAMA, 2004; ZELELA, 2004) e no eco-feminismo (MIES; SHIVA, 1993) que devem ser tratadas igualmente como categorias plurais, de forma situacional e relacional, considerando-se os aportes das teorias de interseccionalidades e complexidade (THESEE, 2017; MORIN, 2005).

Em seus estudos entre os Yoruba, Oyewumi (2018) destaca que é a categoria de senioridade que é definidora de relações sociais e não a categoria de gênero, uma vez que, conforme ela, as famílias Yoruba não são marcadas pelo gênero, já que os papéis de parentesco e suas categorias não são diferenciadas por gênero.

Oyewumi (2018) além do material referente a família Yoruba, lança à mão sobre outras matérias provenientes de outras culturas africanas, e chega às mesmas conclusões de Amadiume (2001) sobre linguagem africana em flexibilizar as categorias de gênero além da oposição binária masculino/feminino.

No meu entendimento o que Oyewumi nega das análises feministas ocidentais de gênero é partir de uma ideia do corpo-biológico ou a diferença sexual para se definir o lugar de superioridade do homem e de inferioridade da mulher e depois generalizar essa ideia. Amadiume (1998, 2001) nega igualmente essa concepção biologizante, e compreende o gênero, a partir das culturas africanas, como uma ideologia que definem as identidades sociais conforme as estruturas culturais do patriarcado e do matriarcado.

O debate historiográfico, sociológico e antropológico africano sobre o patriarcado e o matriarcado, liderado por Diop (1982), conclui pela anterioridade do matriarcado sobre o patriarcado africano. Isso faz com que a partir dos materiais levantados por Amadiume (2001, 1998) e Oyewumi (2018), percebe-se que em muitas sociedades africanas os sistemas culturais patrilineares conviveram e convivem ao lado dos sistemas culturais matrilineares. Ou ainda, algumas culturas tidas por patrilineares conservam ainda muitos dos valores do matriarcado, um desses valores é a reverência que todos/as africanos/as, homens e mulheres, deve ter para com a mulher, sendo ela mãe ou não. É considerado sagrado quando passa pela experiência de maternidade. Ser mãe é tido, nas culturas africanas, como um ato e realidade divina. Toda mulher é vista, nessas culturas, como mãe em potência. O corpo da mulher é vista simbolicamente como um corpo-sagrado pelo fato de possibilitar a expansão da vida e da linhagem.

A dimensão da sacralização do corpo, nas culturas africanas, estende-se, de fato, para o corpo do homem e o corpo da mulher. Quis em cima focar na sacralização do corpo feminino com destaque no valor da maternidade. Acontece que nas culturas africanas cada ser humano e não humano merece reverência por proceder do Grande-Ser-Sagrado. Muniz Sodré (2017), em *Pensar Nagô*, mostra quanto o que define as identidades sociais, nas culturas africanas, é o corpo-simbólico e não o corpo-biológico. Tudo isso acontece por que, para esse autor, essas culturas funcionam a partir de uma linguagem simbólica inclusiva e não a partir de uma linguagem discursiva-racionalista binária e excludente.

Estudar o gênero na ótica das ciências sociais na África exige considerar as transformações históricas (ZELELA, 2004) pelas quais passam as sociedades africanas e que afetam positiva ou negativamente as relações de gênero. Desse ponto de vista, considero as investigações feitas por Amadiume (1998, 2001) profundas e valiosas na e para análise e interpretação das relações de gênero numa perspectiva histórica africana de longa alcance. Amadiume (2001) faz uso da história social e sociologia história das sociedades africanas, considerando as mudanças ocorridas na África pré-colonial, colonial e pós-colonial.

O que é de admirável em seus estudos ainda é o destaque na questão do imperialismo, fundamentando-se em Cheikh Anta Diop (1982), desde a consolidação do imperialismo árabo-muçulmano no século XIV. Tal perspectiva correspondem com as abordagens de muitos estudos africanos pós-coloniais (ZELELA, 2004; MAMA, 2004) e da decolonialidade (BERNADINO-COSTA; MADOLNADO-TORRES; GROSGOUEL, 2018). Defendo que as mudanças em curso na África deveriam ser observadas desde a entrada paulatina do imperialismo árabo-muçulmano desde o século VIII e do imperialismo cristão-ocidental desde o século XV na África (MOORE, 20017). O patriarcalismo presente na cultura imperialista

árabo-muçulmano e imperialismo cristão-ocidental contribuíram em muito para a supremacia do patriarcalismo africano sobre o matriarcado africano que sempre conviveram lado a lado.

O ponto comum entre esses patriarcalismos não africanos e africanos é a violência. Ou seja, a masculinidade que é a sua performance exerce-se culturalmente (MACIA, 2012). Na África, para Amadiume (2001), o patriarcalismo consolidou a sua hegemonia mediante a militarização e gradual masculinização em todo continente.

[T]he ideological of patriarchy has been reproduced in all our corrrunt forms of social organization, along with associated explorarive modes of production such as family, lineage, feudalismo, slavery, capitalismo, and totalitarian centralized planning. Their exploitative character and violence has resulted im a parennial tension between centralism/control/power and decentralism/autonomy/anti-power. We can see this tension in Prah´s listo f current problems of Africa: ethnic conflict, cultural oppression, rights of minorityes, African nacionalism, and democratic organization. The most fundamental of all, gender conflit, has been left out. (AMADIUME, 2001, p. 23)

Sem negar a existência de práticas opressoras contra mulheres africanas nas sociedades pré-coloniais africanas (MÁCIA, 2013; ZELELA, 2004; MAMA, 2004; AMADIUME, 2001), concordo com a posição das/os intelectuais africanas/os que defendem a posição segundo a qual as relações de poder entre homens africanos e mulheres africanas sofreram uma transformação negativa desde que as culturas imperialistas árabo-muçulmanas e europeias começaram a influenciar negativamente as culturas africanas endógenas (DIOP, 1982; AMADIUME, 2001; OYEWUMI, 2017; MOORE, 2007). Nesse contexto de transformação, marcadas por guerras, captura, tráfico e escravização de seres humanos, no caso africanos e africanas no continente e fora do continente, as sociedades africanas perderam muitos de seus valores, por exemplo de tratar cada ser humano e não humano sempre com dignidade (OYEWUMI, 20017; AMADIUME, 2001; MALOMALO, 2014).

Dito em outros termos, os tráficos dos/as africanos/as e a escravidão negra praticados por árabes (desde século VII até século XIX) e europeus (desde século XV até século XIX), com a participação de uma elite africana, foram umas das primeiras formas de práticas que contribuíram para a banalização das violências cometidas contra os corpos africanos no continente e fora dele. O corpo negro passa, então paulatinamente, desde a implementação da dominação do imperialismo árabo-muçulmano no continente africano, a ser um corpo sem valor; uma simples mercadoria. A colonização europeia dos séculos XIX e XX, assente na ideologia do racismo, patriarcalismo e capitalismo extrativista, veio somente consagrar a prática da necropolítica que é, parafraseando Mbembe (2014, 2018), um biopoder, uma política da morte sobre o corpo de homens e mulheres negros/as e de apropriação de seus territórios.

Com isso, quero argumentar que os Estados escravistas árabo-muçulmanos, europeus e colaboradores africanos (MOORE, 2007) foram as primeiras formas de organizações políticas, atuando no continente africano, em assentar a sua soberania na negação de direito à vida aos corpos de africanos e africanas que eles transformaram em escravos/as. Com o advento da colonização, o monopólio da violência contra corpos de homens e mulheres negros/as e o meio ambiente ficou na mão dos Estados-genocidas-

colonizadores europeus. Para exercer o seu poder soberano, o racismo, o sexismo e a apropriação de territórios dos/as dominados/as foram acionados como dispositivos de dominação.

Nelson Maldonado-Torres (2017) traduz melhor a dimensão da necropolítica dentro da teoria decolonial negra, destacando todas suas implicações na negação do ser-poder-saber do Outro. Trago aqui três de suas teses que considero cruciais:

Terceira tese: Modernidade/colonialidade é uma forma de catástrofe metafísica que naturaliza a guerra que está na raiz das formas modernas/coloniais de raça, gênero e diferença sexual” (p. 36).

Quinta tese: A colonialidade envolve uma transformação radical do saber, do ser e do poder, levando à colonialidade do saber, à colonialidade do ser e à colonialidade do poder. (p. 42).

Quarta tese: Os efeitos imediatos da modernidade/colonialidade incluem a naturalização do extermínio, expropriação, dominação, exploração, morte prematura e condições que são piores que a morte, tais como a tortura e o estupro. (p. 41; grifo do autor)

Em relação à terceira tese, acrescentaria somente duas coisas. A primeira é que compreendo que a periodização da colonialidade no continente africano pode ser feita para além da história da dominação moderna europeia, portanto é preciso considerar a dominação árabo-muçulmana sobre os corpos de mulheres e homens africanas/os como tentei demonstrar anteriormente. O segundo ponto a acrescentar é que as formas modernas/coloniais de dominação se estendem igualmente ao meio ambiente-territórios dos/as colonizados/as. Num esforço de apreender os mecanismos de dominação impostas as populações negras numa perspectiva da interseccionalidades e interculturalidade, Gina Thesée (2008) destaca a imbricação entre o que ela chama de injustiça racial, injustiça de gênero, racismo ambiental e racismo epistemológico.

Na citação de Madonaldo-Torres (2017) dá para apreender as ligações entre racismo, patriarcalismo e masculinidade tóxica. Além disso, a questão de gênero colocada exige que se acrescente o processo da marginalização da mulher africana, o seu confinamento no espaço privado dentro do processo da produção da colonização. Há igualmente a dimensão da hipersexualização do corpo da mulher/africana pelos colonizadores que passam a tratá-las como objeto sexual ou de desejo sexual (MAMA, 2004; FANON, 2008; BENTO, 2002).

Com o advento da descolonização, no continente africano, a maioria de novos dirigentes de Estados independentes preocuparam-se cuidar do “reino político” e descuidaram de enfrentar a colonialidade que estruturava suas sociedades e tudo isso apesar das alertas feitas pela elite intelectual e pela sociedade civil. Nesse sentido, entendo que as causas das violências contra mulheres negras/africanas mais remotas têm a ver com os rastros da colonialidade que não foram desmontados no período pós-colonial (MAMA, 2004; AMADIUME, 2001).

Compreendo que as causas de violências e crimes cometidos contra mulheres na RDC contemporânea têm a sua explicação na história do continente africano e do próprio país na sua inserção na

arena internacional de reprodução capitalista-racista-sexista e antiecológica. Ademais, o Estado colonial belga é um caso clássico para se compreender como operou a dominação do imperialismo colonial na África central, considerando-se as relações entre o genocídio, patriarcalismo, gênero e racismo, capitalismo predatório contra corpos negros e o meio ambiente (MAMA, 2004; PRUNIER, 2009; PÉANS, 2010; MOYROUD; KATUNGA, 2002).

Houve esforços de descolonização/decolonialidade dos antivalores árabes e ocidentais que acompanhavam as sociedades africanas pós-coloniais, porém essa descolonização não tem conseguido fazer assentar Estado-nações democráticas que valorizam a vida das/os mulheres e homens, dos/as opositores/as (MAMA, 2004; ZELELA, 2004). Isso passaria, por exemplo no caso da RDC, pela revisitação da memória de mortes da escravidão, do Estado-genocida colonial e pós-colonial (RAPPORT MAPPING, 2010; CONSTITUTION DE LA TRANSITION, 2003).

Por ser alienados e não ter feito o dever de casa no sentido de confrontar seriamente a memória da necropolítica dos Estados escravistas e coloniais, os novos Estado-nações africanos, emergidos no século XX, não souberam lidar com as crises e reivindicações do seu povo, da sociedade civil e de partidos de oposição. Dentro desse contexto que se manipula as culturas importadas e locais, as etnicidades e identidades, em África, para se manter no poder (MAMA, 2004; ANSELLE, 2017; AGIER, 2015). Homens de poder, estabelecidos na legalidade e na não legalidade, usam da necropolítica para se manter no poder e acumular riquezas.

Na busca de compreender a forma como se realiza o biopoder nas guerras contemporâneas, Mbembe (2018) recorre ao termo de “máquinas de guerras e heteronomia” e na mesma seção traz um exemplo sobre a África que serve igualmente para a RDC.

Tomemos o exemplo da África, onde a economia política do Estado mudou drasticamente ao longo do último quarto do século XX. Muitos Estados africanos já não podem reivindicar monopólio sobre a violência e sobre os meios de coerção dentro do seu território. Nem mesmo podem reivindicar monopólio sobre seus limites territoriais. A própria coerção tornou-se produto do mercado. A mão de obra militar é comprada e vendida num mercado em que a identidade dos fornecedores e compradores não significa quase nada. Milícias urbanas, exércitos privados, exércitos de senhores regionais, segurança privada e exército do Estado proclamam, todos, o direito de exercer violência ou matar. Estados vizinho ou movimentos rebeldes arrendam exércitos a Estados pobres. Fornecedores de violência não governamental disponibilizam dois recursos: o trabalho e minérios. Cada vez mais, a maioria dos exércitos é composta de soldados-cidadãos, crianças-soldados, mercenários e corsários (MBEMBE, 2018, p. 53).

As guerras ocorridas na RDC desde 1996 e seus sucessivos conflitos pós-guerra só perduraram ou perduram pelo fato de ter existido/existir uma máquina de guerra que foi/é montada para servir aos interesses econômicos, políticos e de status dos agentes que beneficiam dessa situação. Essa máquina de guerra ou máquina de conflito é patriarcal e trabalha dentro da lógica da masculinidade negativa.

2. Fronteira simbólicas de violências na RDC

2.1 Fronteiras e memória de guerras nos Grandes Lagos

O doutor Denis Mukwenge representa a figura de um homem africano-congolês portador de uma masculinidade positiva. Tem dedicado a vida dela em causa de mulheres violentadas durante as guerras e no período de pós-guerra. Começou o seu discurso afirmando: “Na noite trágica de 06 de outubro de 1996, rebeldes atacaram nosso hospital em Lamera, na República Democrática do Congo (RDC)” (MUKENGE, 2018).

Com isso, ele nos traz as memórias, vistas como histórias e geografias sobre os /dos territórios em que se passa a narrativa (AGIER, 2015). Interessa-me nesse trecho primeiro discutir a periodização e a noção de fronteiras físicas da RDC. Mukwenge começa seu relato com um ataque de rebeldes ao hospital onde ele trabalhava, em Lamera, em 1996. Essa cidade fica na província de Sul-Kivu, território administrativo de Uvira.

Em 1996, o que se passa no Ex-Zaire é o processo da derrubada do regime ditatorial de Mobutu pelo exército conduzido pelo antigo rebelde Laurent Désiré Kabila, como nos relata Braeckman (1999), que contou com o apoio de Youri Museveni de Kampala (Uganda) e Paul Kagame de Kigali (Ruanda). É preciso lembrar que L. D. Kabila era o líder do grupo de rebelde congolês que tinha instalado a sua base em Tanzânia em 1961. Trata-se de um grupo ligado ao primeiro ministro Patrice Emery Lumumba que foi assassinado, em 1961, pelo grupo ligado ao Mobutu com a cumplicidade da Bélgica, França, Estados Unidos e a ONU (BRAECKMAN, 2009; PÉANS, 2010)

Esse apoio veio pelo fato dos dois presidentes dos países vizinhos entenderem que Mobutu apoiava os grupo rebeldes ugandês e ruandês. A Aliança de Força Democrática (ADF) é o grupo rebelde ugandês instalado no solo congolês desde os anos oitenta que combate o governo do seu país que considera ditatorial. Os Interamwe é um grupo de rebelde ruandês hutu que se instalou na RDC, desde 1994, quando o grupo de tutsi liderado pelo Kagame, Força Patriótica Ruandesa (FPR), assumira o poder. Para aniquilar esses dois grupos de rebeldes, os dois governos, com o apoio de algumas potências internacionais, entre outras os Estados Unidos, a França e a Inglaterra, apoiaram L. D. Kabila. Assim, iniciou-se a primeira guerra do Ex-Zaire entre 1997-1998.

Kampala e Kigali, além dos interesses de segurança nacional, interessavam-se em se apropriar de uma parte do território nacional da RDC e ter acesso em seus recursos naturais. Ao se colocar contra esses interesses, L. D. Kabila viu-se confrontado por outros grupos rebeldes congoleses apoiados pelo Kampala e Kigali. Dessa forma, emergia a segunda guerra de 1998 até 2003. L. D. Kabila foi assassinado, em 2001, antes do fim da guerra (PÉANS, 2010; PRUNIER, 2009; ONANA, 2009).

Apesar de vários acordos realizados pelo governo de L. D. Kabila ou do seu filho J. Kabila que permaneceu no poder de 2001 até 2018, o que se percebe é que a parte leste da RDC é a mais insegura. As populações locais, diante da fragilidade do Estado, para se proteger ou por motivos de interesses políticos e econômicos, passaram a criar grupos de milícias contra o governo congolês, contra grupos rebeldes estrangeiros e congolezes (RAPPORT CONJOINT, 2018). Todos esses grupos e os governos já mencionados são dirigidos por homens.

Moyroud e Matunga (2002) e *Rapport Mapping* (2010) revelaram que os agentes que cometem a violência contra a população civil e que se apropriam de forma ilegal de recursos naturais da RDC pertencem aos exércitos governamentais da RDC e dos países vizinhos, aos grupos de rebeldes e milícias nacionais e estrangeiros. Alguns soldados da ONU foram igualmente acusados em participar do comércio ilegal dos recursos naturais e abusar sexualmente das mulheres na RDC.

As multinacionais e as grandes potências, como França, Bélgica, Estados Unidos, Inglaterra, são vistas igualmente como agentes exógenos responsáveis na manutenção da crise congoleza e de Grandes Lagos. As primeiras são responsáveis quando compraram ilegalmente os minérios. Os Estados poderosos participam desse ciclo infernal ao dar apoio aos alguns líderes regionais a partir de seus interesses geopolíticos e econômicos e, igualmente, ter deixado por um bom tempo as multinacionais movimentar ilegalmente as divisas provenientes de matérias primas congolezas em bancos localizados em seus territórios (PÉANS, 2010; ONANA, 2009).

Portanto, o conflito presente na Uganda, a guerra de Ruanda de 1994 e a guerra da RDC que início em 1996 geraram um ciclo de violência que permanece até hoje nos territórios de Grandes Lagos, leste da RD Congo. Esses conflitos têm afetado de forma brutal a população civil, de forma particular, as mulheres, crianças e jovens, meninas e meninos, e o meio ambiente (MOYROUD; KATUNGA, 2002; BRAECKMAN, 1999, 2009). Dito de forma específica, a militarização da região e a masculinidade negativa que atuam nela têm um peso de negação de vida de mulheres.

2.2 Mulheres, deslocamentos e violências sexuais

O discurso do doutor Mukwenge revela que ele e seu grupo foram obrigados a se deslocar de novo, em 1999, de Lomera para Panzi, onde criaram um novo hospital. Isso nos leva a afirmar que a guerra na RDC tem um impacto negativo sobre migrações das populações e o meio ambiente. Há um deslocamento interno forçado que se faz nas cidades vizinhas congolezas. Há igualmente deslocamento para países vizinhos, especialmente da parte leste como Uganda, Ruanda, Burundi; ou sudeste, como a Tanzânia. Nesses territórios, alguns/mas congolezes/as conseguem ou não obter o refúgio.

O discurso de Mukwenge nos fala igualmente de corpos sacrificados de vítimas e a forma como são violentadas:

A primeira paciente recebida era uma vítima de estupro que foi atingida pela arma de fogo em seus órgãos genitais.

A violência macabra não conhece limites.

Essa violência infelizmente nunca parou.

[...]

Duas horas mais tarde, a ambulância chegou. Dentro dela havia uma criança com exatamente seus dezoito meses. Sagrava abundantemente e foi imediatamente levada para a sala de cirurgia.

Duas horas depois, a ambulância voltou. Dentro de uma menina de apenas dezoito meses de idade. Ela estava sangrando muito e foi imediatamente levada para a sala de cirurgia.

Quando cheguei, as enfermeiras estavam todas em lágrimas. A bexiga, genitália e reto do bebê foram severamente danificados pela penetração de um adulto.

[...]

Bebês, meninas, mulheres jovens, mães, avós e também homens e meninos, estuprados cruelmente, muitas vezes em público e em grupos, inserindo plástico em chamas ou introduzindo objetos contundentes em seus genitais.

(MUKWENGE, 2018)

O caso trazido acima relata casos de estupro. Numa entrevista concedida ao jornal *Libération*, o doutor Mukwenge (2018b), destacou que no período de 1996 até 2018, pelo menos 500 mil mulheres congoleesas foram estupradas (MUKWENGE, 2018b). O estupro deixa sequelas psicossomáticas nas mulheres e meninas vítimas. Abala e destrutura igualmente as famílias.

O estupro é usado pelos estupradores como “arma simbólica de guerra”, isto é, um instrumento para alcançar seus interesses de poder econômico e político, profanando o sagrado, representado pelo corpo-feminino. Ao exibir a sua masculinidade bélica e destrutiva, os senhores de guerra podem se ver então tendo acesso aos corpos das mulheres abusadas e humilhadas, dos membros de sua famílias que se veem humilhados e aos seu território (terra, roça, rios, etc). Acontece que mulheres estupradas que não foram raptadas ou que conseguiram fugir do cativo serem rejeitadas por seus familiares. Isso não somente por se ver humilhados pelo estuprador por ter abusado de uma mulher membro da sua família, mas por acreditar que essa última não ter satisfeito a sua expectativa culturalmente sustentada: espera-se que toda mulher se defenda do seu abusador. Essa expectativa machista, que se encontra igualmente em outras culturas, acaba confundindo a vítima com o abusador (TOSH, 2008; MOUFFLET, 2008).

Diferente dessa forma popular machista de lidar com estupro, encontram-se igualmente associações de mulheres e homens congoleesas/es que trabalham no sentido a apoiar as vítimas, restituindo com isso a sua dignidade. Uma abordagem holística no processo de cura dessas mulheres vítimas é a mais usada. Isso consiste em possibilidade o acesso a uma autonomia econômica e política, além da oferta do tratamento da saúde física e mental adequado (MUKENGE, 2018a; RAPPORT CONJOINT, 20018).

A avaliação feita sobre a guerra na RDC, no período de 1996 até 2010, aponta a morte de 5 a 6 milhões de civis (PÉANS, 2010; MUKWENGE, 2018a). A maioria da opinião pública congoleesa defende a tese de genocídio (ONANA, 2009). A posição dos relatores do *Rapport Mapping* (2010) é que somente um julgamento jurídico que pode se pronunciar se os crimes cometidos podem se caracterizar como genocídio.

As violências cometidas contra a população civil são diversas. O *Rapport Mapping* (2010) classifica-nos em quatro tipos: crimes de guerra, crime contra humanidade, violação de direitos humanos e uma “possível” genocídio contra os hutus congolese/as, ruandese/as e burundese/as refugiado/as na RDC.

O *Rapport Mapping* (2010) e o *Rapport Conjoint* (20018) destacam igualmente que a violência sexual contra mulheres congolese manifestava-se em muitos aspectos, entre outros: violência sexual como instrumento de guerra, escravidão sexual, violências sexuais cometidas com base ao pertencimento étnico e violências sexuais cometidas em nome de práticas rituais. Os crimes cometidos contra congolese e congolese em tempo de guerra ou paz traduzem-se em massacres, sequestres, trabalho escravo, cárceres privados, estupros, incêndios criminosos contra as casas nas aldeias, apropriação do território das vítimas. O meio ambiente, terras, cultivos, criações das vítimas são igualmente apropriados indevidamente pelos agressores. São bebés, meninas, mulheres jovens, mães, avós e, as vezes homens e meninos que são violentado/os de forma cruel nos conflitos na RDC. Deve se dizer que a maioria de vítimas de crimes sexuais são mulheres adultas e meninas.

2.3 Crianças-soldados e crise humanitária

As guerras da RDC, iniciada desde 1996, criaram igualmente o fenómeno de deslocados internos e externo e de crianças-soldados. O conflito que emergiu em Kasai, entre 2016 a 2018, (na região central da RDC), trouxe à tona o debate sobre os deslocados internos. Conforme a matéria publicada pela UNICEF (2018), a violência eclodiu inicialmente na região de Kasai em agosto de 2016, seguindo as tensões entre chefes tradicionais do Kasai-Central e do governo e se espalhou rapidamente no início de 2017. Essas tensões intercomunitárias alimentaram o conflito mais amplo envolvendo milícias, grupos armados e forças de segurança em toda a região. Além de Kasai, a situação humanitária na RDC deteriorou-se consideravelmente no último ano.

A mesma fonte da UNICEF (2018) relata que quando a violência eclodiu em 2016, centenas de milhares de pessoas tiveram que fugir para salvar suas vidas. Mulheres e crianças deslocadas pela violência buscaram refúgio em lugares isolados para se protegerem, perdendo assim acesso a bens e serviços essenciais relacionados à saúde, água, saneamento e saúde, educação. Ademais, as milícias usavam crianças para lutar e matar, ou usavam-nas como escudos humanos. Atualmente, 3,8 milhões de pessoas, incluindo 2,3 milhões de crianças, precisam de assistência humanitária na região de Kasai. Estima-se que hajam 60% de crianças-soldados listadas nesses grupos de milícia.

A crise humanitária de Kasai levou ao que os especialistas chamaram de “guerra de número” (MULEGWA, 2018) entre o governo congolês, a ONU e as ONGs nacionais e internacionais. Enquanto o governo de J. Kabila defendia que haviam somente 23.241 deslocado/as interno/as, a ONU e um conjunto de ONGs levantavam o número de 4.500 milhões, particularmente na região central de Kasai, Ituri (parte leste) e Tanganika (sudeste) (UNHCR, 2019a). O que importa é observar que a ONU e as ONGs

chamavam a atenção para o governo congolês e comunidade internacional sobre o fato de que haviam, em 2018, 4.500 milhões de deslocados/as internos/as, 13 milhões de pessoas com necessidade urgente de assistência humanitária (MULEGWA, 2018), ou precisamente 2 milhões de crianças que sofriam de mal nutrição aguda (UNICEF, 2018, 2019). O pior é que essa situação não melhorou até o momento.

Em 12 de fevereiro de 2018, uma matéria publicada pelo ONU (UNICEF, 2018) apontava que o fenômeno de crianças-soldados continua ainda nas regiões em conflitos. Os conflitos que emergiram recentemente, entre 2016 e 2018, levar as crianças a ser listadas de força nos grupos milicianos. Estimava-se na ocasião entre 5.000 a 10.000 na província de Kasai (centro) e pelo menos 3.000 crianças nos grupos milicianos situados nas províncias de Sul-Kivu (leste) e Tanganika (sul). A matéria não traz o número de criança-soldados listados nos grupos milicianos mais antigos que atuam na província de Norte-Kivu (leste do país). As ONGs *Centre de Résolution de Conflits* junto com *Peace Direct* (2019) estimam que haviam, nessa região, até 2017, pelo menos 1.200.

O número de crianças-soldados tem baixado devido ao amplo trabalho realizado pelas agências da ONU, atores/as da sociedade civil internacional e nacional e o governo congolês. Mas volta a subir conforme o surgimento de novos conflitos armados. Tudo isso ocorre porque a RDC e seus parceiros não conseguiram estabelecer ainda estratégias para uma paz duradora.

Outra questão a se colocar é que os materiais que analisei, nessa seção, não contêm um recorte de gênero. Mas o que se observa é que existem meninas e meninos sendo alistadas/os pelas milícias e colocar o indicador de gênero vai possibilitar a execução não somente das investigações preocupadas com essa temática, mas igualmente a implementação de uma política pública que defendem com eficácia os direitos das mulheres e meninas.

2.4 Refúgio e dever de acolher o outro

A matéria publicada pela ACNUR sobre a crise humanitária na RDC fala igualmente de centenas de milhares de refugiados/as congolese/as que foram acolhidos/as nos países vizinhos que fazem fronteira no sul como Angola e Zâmbia. Afirma que, em 29 de fevereiro de 2019, haviam 826 mil refugiados/as congolese/as que foram recebidos/as nos países africanos e colocados nos campos; e, no mesmo período, a RDC teria recebido 530 mil refugiados/as externos/as (UNHCR, 2019b). Nessa perspectiva, as fronteiras africanas não tendem a se colocar como “muros”, mas como “lugares de hospitalidade e solidariedade” (AGIER, 2015).

ACNHUR (2018, 2019a) faz saber que existem, na atualidade, 49% de refugiados congolese e 51% de refugiadas congolese. Do ponto de vista faixa etária, há 55% de crianças; 42% de adultos/as e 3% de idosos/as. Especificando, são entre as mulheres: 8,5% de crianças com 0 a 4 anos de idade; 12,5% com 5 a 11 anos e 7% com 12 a 17 anos; entre adultas 25% com 18 a 59%; e 1,9% de idosos com 60 ou mais. Tem-

se entre homens: 8% de crianças com 0 a 4 anos de idade; 12% com 5 a 11 anos e 7% com 12 a 17 anos; entre adultos homens 19% com 18 a 59%; e 1,5% de idosos com 60 ou mais.

A diferença entre refugiados/as e deslocados/as é que os/as refugiados/as são pessoas amparadas pelas leis internacionais e nacionais dos países que os acolhem. O que não significa que estejam ileso/as de violações de seus direitos pelos/as terceiros/as.

Deslocados/as e refugiados/as como migrantes são sujeitos que deixaram seus territórios de origem. Os/as migrantes congolese/as, que interessam essa investigação, são aqueles/as que se viram forçados/as a se deslocar internamente ou fora do seu país e que são vítimas de violências. Interessam-nos os corpos de mulheres meninas, adultas ou idosas. Entre as refugiadas, sabemos que chegam a 51%. É esse dado que leva os/as especialistas em matéria de migração a destacar o recente fenômeno da feminização da migração africana (UNION AFRICAINE, 2018).

Apesar de sabermos que há mais refugiados/as africanos/as na África do que fora dela e que alguns dos países africanos, como Uganda, RDC, Tanzânia, ter se destacado com legislações migratórias correspondentes à gramática de direitos humanos, sabemos igualmente que a maioria de refugiadas e refugiados têm vivenciado a negação de seus direitos nos territórios nacionais e nos campos de refúgio. No caso, as mulheres refugiadas estão, geralmente, sujeitas aos estupros, abusos, assédios sexuais e outros tipos de violência de gênero (UNION AFRICAINE, 2018) impostas pelo patriarcalismo e masculinidade negativa que continuam atuando em tempos de guerra e pós-guerra (MOUFFLET, 2008).

Considerações finais

Quando pensei na redação desse artigo, tinha por missão fazer justiça as mulheres congolese, usando a ferramenta da academia para denunciar e fazer compreender ao público brasileiro o que está ocorrendo na RDC, desde 1996 até hoje, no que diz respeito as violências sofridas por mulheres.

Para tanto, precisava de um suporte teórico-metodológico para dar conta dos objetivos estabelecidos. Optei por uma pesquisa documental e por uma abordagem de interpretação de sentido a partir de um quadro temático. Deixei que o discurso do doutor Denis Mukwenge me levasse. Com as leituras do material documental e teórico que fiz, acabei chegando no formato final que acabei de apresentar.

Optei pela teoria do matriarcado de Amadiume que é uma teoria pan-africanista de gênero. Como parte de estudos africanos de gênero é uma ferramenta analítica e interpretativa para apreender as relações de poder entre a diversidade de gêneros, tendo por fonte de inspiração o poder emancipatório das mulheres.

Vimos que o matriarcado é uma ideologia que se fundamenta na força da maternidade e cujo fundamento ético trabalha para uma sociedade inclusiva entre gêneros, a autonomia, a compaixão e o amor. Trata-se de um projeto de sociedade construída historicamente pelas mulheres africanas e que se opõe ao projeto de sociedade do patriarcado que se estrutura no *etbos* da competição, exclusão, guerra e masculinidade negativa. Para Amadiume, o patriarcado é opressor de mulheres.

Enquanto construções históricas e culturais o matriarcado e o patriarcado africanos sofreram mudanças. Com o advento dos imperialismos árabo-muçulmano e europeu, o patriarcado africano sofreu mudanças e prevaleceu sobre o matriarcado. As mudanças do patriarcado africano, como outros do mundo, caracterizam-se pela violência, militarização e masculinidade negativa. A colonização/arabização/europeização do continente africano seria o apogeu da marginalização do matriarcado, portanto das mulheres africanas.

As sociedades africanas pós-coloniais, ao não conseguir se livrar das bases da modernidade/colonialidade, acabaram por dar lugar a masculinidade negativa que se impõem pela violência contra as mulheres.

A RDC apresentou-se, nesse trabalho, como o território onde o patriarcado e a masculinidade negativa fazem suas vítimas. Homens, autoridades de Estado, militares de exércitos governamentais congolezes, de países vizinhos, da ONU, rebeldes e milicianos marcados pela cultura machista, motivados pelo poder e pela ganância econômica, num contexto desenhado por crises, acabam recorrendo à guerra e outras formas de violência para alcançar seus interesses simbólicas e materiais. Nesse modo negativo de agir, acabam elegendo o que é tido como sagrado para ser profanado: crimes sexuais contra mulheres. E o estupro se apresenta como a arma simbólica de guerra mais apropriada para desonrar as vítimas e toda sua família/comunidade com intuito de se ponderar de seus corpos e seus territórios que, geralmente, contêm recursos naturais. Crianças são transformadas em soldados e usadas como escudo de guerra. A guerra, que esses senhores/homens de guerra fazem, transforma milhares de mulheres e homens dos territórios em conflito em deslocados/as, refugiados/as; e seus corpos em territórios físico e simbólicos de violência.

Referências

ACCORD GLOBAL ET INCLUSIF sur la transition en République Démocratique du Congo. Journal Officiel, n^o spécial du 5 avril 2003, pp. 51-69. Disponível em:
http://www.justiceinfo.net/media/k2/attachments/RDC/Accord_global_transition_rdc_2003.pdf.
Acessado em 10 jun. 2019.

ACCORD CADRE POUR LA PAIX, la Sécurité et la Coopération en RDC et dans la Région des Grands Lacs, signé à Addis-Abeba le 24 Février 2013. Disponível em:
https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/DRC_130224_FrameworkAgreementDRCRegion.pdf. Acessado em 10 jun. 2019.

AGIER, Michel. *Migrações, descentramento e cosmopolitismo: uma antropologia das fronteiras*. Trad. Bruno César Cavalcanti, Maria Stela Torres B. Lameira, Rachel Rocha de A. Barros. São Paulo: UNESP; Alagoas: Edufal, 2015.

ALISALA, Nelson. *Gérer le champ de bataille : Les femmes sur les lignes de front à l'est de la RDC – Rapport de l'Afrique centrale*. ISS, n. 4, janvier 2016, p. 1-12.

AMADIUME, Ifi. *Reinventing Africa: Matriarchy, religion and culture*. 2th. Ed. London/New York: Zed Book, 1997/2001.

AMADIUME, Ifi. *Male daughters, female husbands: gender and sex in Africa society*. 6th Ed. London/New York: Zed Book, 1987/1998.

- AMSELLE, Jean-Loup. Etnias e espaços : por uma antropologia topológica. In : AMSELLE, Jean-Loup ; M'BOKOLO, Elikia. *No centro da etnia : Etnias, tribalismo e estado na África*. Vozes : Petrópolis, 2017, p. 29-74.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo – Estudos Sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58
- BRAECKMAN, Colette. *L'enjeu congolais : L'Afrique centrale après Mobutu*. Paris : Fayard, 1999.
- _____. *Les nouveaux prédateurs : Politiques des puissances en Afrique centrale*. 2 ed. Bruxelles : Aden, 2009.
- CONSTITUTION DE LA TRANSITION de la République Démocratique du Congo. Journal Officiel – Numéro Spécial – 5 avril 2003. Disponível em: <https://www.droitcongolais.info/files/1.08.-Constitution-transition-et-accord-global.pdf>. Acessado em 10 jun. 2019.
- CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO entrou em vigor em 18 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.presidentrdc.cd/constitution.pdf>. Acessado em 10 dez. 2009.
- DIOP, Cheikh Anta. *L'unité culturelle de l'Afrique noire*. Paris : Présence Africaine, 1982.
- GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, Suely Ferreira. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 31 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 79-107.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: UFBA, 2008.
- MACIA, Manuel. “Eu não perco tempo com blá, blá, blás..., ajo!”: violência como elemento estruturante da masculinidade hegemônica em sociedades africanas. Publicado em Outras Vozes, 43-44, Dezembro 2013. Disponível em: <http://www.wlsa.org.mz/artigo/>. Acessado em: 19 jun. 2019.
- MADOLNADO-TORRES, Nelson. Análise da colonialidade e da decolonialidade : algumas dimensões básicas. In : BERNARDINO-COSTA, Joaze ; MADOLNADO-TORRES, Nelson ; GROSFUGUEL, Ramón (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. Belo Horizonte ; Autêntica, 2018, p. 27-54.
- MAMA, Amina. Obter les masques et déchirer les voiles: études culturelles pour une Afrique postcoloniale. In: IMAN, Ayesha M.; MAMA, Amina; SOW, Fatou (Dir.). *Sexe, genre et société: Engredrer les sciences sociales africaines*. Dakar/Paris: CODESRIA/Karthala, 2004, p. 75-88.
- MOYROUD, Celine e KATUNGA, John. Coltan exploration in Eastern Democratic republic of the Congo (DRC). In: LIND, Jeremy e STURMAN, Kathryn. *Scarcity and surfeit: The ecology of Africa's conflicts*. Pretoria: African Center for Technology and Institute for Security Studies, 2002, p. 157-185.
- MALOMALO, Bas'lele. *Filosofia do Ubuntu: Valores civilizatórios das ações afirmativas para o desenvolvimento*. Curitiba: CRV, 2014.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígonas, 2014.
- _____. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. 2 ed. N. 1; São Paulo, 2018.
- MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.
- MORIN, E. *Introduction à la pensée complexe*. Paris: Seuil, 2005.
- MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza, 2007.
- MONUSCO. Mission de l'organisation des Nations Unies pour la Stabilisation en Rd Congo. Disponível em: <https://monusco.unmissions.org/publications>. Acessado em 10 jun. 2019.

- MOUFFLET, Véronique. Le paradigme du viol comme arme de guerre à l'est de la République Démocratique du Congo. *Revue Afrique contemporaine*, 2008/3 n° 227, p.119-133. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-afrique-contemporaine-2008-3-page-119.htm>. Acessado em: 19 jun. 2019.
- MUKWENGE, Denis. Le Discours de Lauréat Du Prix Nobel 2018 Denis Mukwenge. Disponível em: <https://www.mukwegefoundation.org/2018/12/discours-prix-nobel-de-la-paix-2018-denis-mukwege/>. Acessa em: Oslo, 10 decembre 2018a.
- MUKWENGE, Denis. Viols en RDC : mettre fin à la culture de l'impunité. *Libération*, 25/04/2018b. Disponível em: https://www.liberation.fr/debats/2018/04/25/viols-en-rdc-mettre-fin-a-la-culture-de-l-impunite_1645796. Acessado em 10 jun. 2019.
- MULEGWA, Pascal. Crise humanitaire em RDC: Guerre des chiffres entre Kinshasa et l'ONU. AA, 31/03/2018. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/fr/afrique/crise-humanitaire-en-rdc-guerre-des-chiffres-entre-kinshasa-et-lonu-/1104627>. Acessado em 31 de março 2018.
- OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In : BERNARDINO-COSTA, Joaze ; MADOLNADO-TORRES, Nelson ; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte ; Autêntica, 2018, p. 171-182.
- ONANA, Charles. *Ces tuers Tutsi, au coeur de la tragédie congolaise*. Paris : Duboiris, 2009.
- PEACE DIRECT. Réinsertion d'urgence de 100 enfants soldats en RDC. Disponível em: https://www.peacedirect.org/wp-content/uploads/2018/12/WEB.-PD-DRC-Summary-FRENCH_10.12.pdf. Acessado em 10 jun. 2019.
- PÉANS, Pierre. *Carnages : Les guerres secrètes des grandes puissances en Afrique*. Paris : Fayard, 2010.
- PRUNIER, Gérard. *Africa's world war: Congo, the rwandan genocide, and the making of continental catastrophe*. New York: Oxford, 2009.
- RAPPORT DU PROJET MAPPING concernant les violations les plus graves des droits de l'homme et du droit international humanitaire commises entre mars 1993 et juin 2003 sur le territoire de la République démocratique du Congo. Août 2010. Disponível em: <http://www.friendsofthecongo.org/united-nations-report.html>. Acessado em 10 set. 2010.
- RAPPORT CONJOINT en vue de l'Examen Périodique Universel du Conseil des Droits de l'Homme, République Démocratique du Congo « La voix des survivant.e.s de violences sexuelles en temps de conflit » 4 octobre 2018. Disponível em : <https://www.mukwegefoundation.org/wp-content/uploads/2019/02/Rapport-conjoint-UPR-RDC-Violences-sexuelles-FINAL.pdf>. Acessado em : 10 jun. 2019.
- RFI. Elections en RDC: les grandes lignes des résultats provisoires. *RFI – África*, 13/01/2019. Disponível em: <http://www.rfi.fr/afrique/20190112-rdc-elections-grandes-lignes-resultats-provisoires>. Acessado em 10 jun. 2019.
- RFI. En RDC, 1 100 victimes de viol par jour selon une étude américaine. *RFI – África*, 11/08/2011 <http://www.rfi.fr/afrique/20110512-1-100-victimes-viol-chaque-jour-rdc-selon-une-etude-americaine>. Acessado em 10 jun. 2019.
- SODRÉ, Muniz. *Pensar nagô*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- THÉSÉE, Gina. L'intercultural en environnement : Rencontre de la justice sociale et de la justice environnementale. *Canadian and International Education*, Vol. 37 no 1 – June 2008, p. 45-70.
- UNICEF. Le conflit au Kasai, en République démocratique du Congo. Disponível em: <https://www.unicef.org/fr/sos-enfants/r%C3%A9publique-d%C3%A9mocratique-du-congo>. Acessado em 10 jun. 2019.

- UNION AFRICAINE. Cadre de politique migratoire pour l'Afrique revise et plan d'Action (2018 – 2030). Commission de l'Union africaine, Département des Affaires sociales, Addis Abeba, Mai 2018.
- UNICEF. Des milliers d'enfants continuent à être utilisés comme enfants soldats. UNICEF-Rdc, 12/02/2018. Disponível em: http://cd.one.un.org/content/unct/rdc/fr/home/actualites/des-milliers-d_enfants-continuent-a-etre-utilises-comme-enfants-.html. Acessado em 10 jun. 2019.
- UNHCR. *The Democratic Republic of the Congo*. Regional Refugee Response Plan - End of Year Report. Kinshasa: UNHCR, 2018, p. 5. Disponível em: <https://data2.unhcr.org/en/documents/download/69260>. Acessado em 10 jun. 2019.
- UNHCR. Refugees and asylum seekers from DRC. Operational Portal. Disponível em: <https://data2.unhcr.org/en/situations/drc> Acessado em 10 jun. 2019a.
- UNHCR. Urgence République Démocratique du Congo. Disponível em: <https://www.unhcr.org/fr/urgence-republique-democratique-du-congo.html>. Acessado em 10 jun. 2019b.
- TOSH, Caroline; CHAZAN, Yigal. Rapport special: violences sexuelles en République Démocratique du Congo. Institute for War & Peace Reporting, Netherlands, octobre 2008.
- TOURÉ, Assatou Laba. Violences sexuelles : fin de l'impunité en RDC ?. p. 16. ÉCHOS DELA MONUSCO, Vol. IX - N°76 1 Décembre 2017, p. 16. Disponível em: https://monusco.unmissions.org/sites/default/files/echos_76.pdf. Acessado em 10 jun. 2019.
- VINAS, Marea Cano. Audit de genre de l'Accord-cadre pour la paix, la sécurité et la coopération pour la République démocratique du Congo et la région. International Alert et Fondation Kvinna till Kvinna, Octobre 2015. Disponível em; https://www.international-alert.org/sites/default/files/DRC_GenderAudit_FR_2015.pdf. Acessado em 10 jun. 2019.
- ZELELA, Tiyambe. Discrimination de genre dans l'historiographie africaine. In: IMAN, Ayesha M.; MAMA, Amina; SOW, Fatou (Dir.). *Sexe, genre et société: Engredrer les sciences sociales africaines*. Dakar/Paris: CODESRIA/Karthala, 2004, p. 94-125.